

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.303 - RJ (2018/0322716-7)

AGRAVANTE : COMPANHIA PEBB DE PARTICIPAÇÕES
ADVOGADOS : ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD - RJ057808
ALEXANDRE NAOKI NISHIOKA - SP138909
CIRO REGINATO FARIA - SP331281
FELIPE FERNANDES DOS SANTOS - RJ180195
ALEXANDRA DOS SANTOS FRIGOTTO - RJ152507
GABRIEL DE CARVALHO THIELMANN - SP344462
CARLOS ALBERTO SPASIANI JUNIOR - SP400649
GIULIA RAMOS - SP407580
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela Companhia PEBB de Participações, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. PRECATÓRIO. RECUSA PELO EXEQUENTE. OBSERVÂNCIA DA ORDEM DE PREFERÊNCIA LEGAL. PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE DA TUTELA EXECUTIVA. PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E DA CELERIDADE.

I -A agravante alega, em síntese, que: não pode ser aplicado o verbete nº 406 de Súmula do STJ no presente caso, por não se tratar de hipótese de substituição de bem por precatório e que não foi observado pelo relator os princípios constitucionais da igualdade e da execução menos onerosa.

II - *In casu*, a União Federal recusou o crédito habilitado em processo administrativo, advindo do processo judicial, ofertado pelo executado sob a argumentação de que o pedido de penhora no rosto dos autos por ela requerido refere-se a créditos já depositados em conta à disposição do juízo, se equiparando, portanto, à dinheiro. Assiste razão a União, estando em estrito cumprimento aos princípios constitucionais da razoável duração do processo e da celeridade (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal), assim como o princípio da efetividade da tutela executiva, tendo em vista que o executado não tem direito subjetivo à aceitação do bem por ele nomeado à penhora em desacordo com a ordem estabelecida no art. 11 da Lei 6.830/1980 e art. 835 do CPC/15, pois inexistente preponderância, em abstrato, do princípio da menor onerosidade para o devedor sobre o da efetividade da tutela executiva. Faz-se necessário esclarecer que o bem oferecido pela Agravante se trata de um crédito, não tendo preferência sobre a constrição já efetuada.

III - Ademais, o devedor não se desincumbiu do ônus de comprovar que a penhora requerida pela exequente seria mais onerosa para a empresa do que o crédito por ela ofertado. A substituição da penhora afrontaria o princípio da razoável duração do processo e da celeridade, posto que o crédito constrito já satisfaz totalmente a execução.

IV- Agravo Interno de COMPANHIA PEBB DE PARTICIPAÇÕES
improvido.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, a recorrente aponta a violação do art. 1.022 do CPC/2015, sustentando, em resumo, que, não obstante a interposição dos declaratórios, o Tribunal de origem não apreciou as questões objeto do recurso.

Indica, ainda, a ofensa aos arts. 11 da Lei n. 6.830/1980, bem assim 848, 835 e 805, todos do CPC/2015, além do 368, do Código Civil, aduzindo, em resumo, que o Tribunal de origem deveria ter reconhecido que o bem nomeado à penhora para garantia da execução não poderia ter sido recusado, considerando que se equipara a dinheiro e que fora reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, além de ter sido habilitado por meio de regular processo administrativo pela própria União.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No presente agravo, a recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, verifica-se que a recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula.

Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

Sobre o assunto, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA N. 284/STF.

I - Não se conhece do recurso especial com alegação genérica de

violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. Necessidade de reexame de fatos e provas para modificar o entendimento do Tribunal de origem quanto à regularidade da dissolução da sociedade empresária.

Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 962.465/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

CSLL. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

2. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Quanto à elevação da alíquota da CSLL, o aresto recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, que considera que a Instrução Normativa n. 81/99 não desbordou dos limites da MP 1.807/99.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 446.627/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 17/4/2017.)

Sobre a alegada ofensa aos arts. 11 da Lei n. 6.830/1980, bem assim 848, 835 e 805, todos do CPC/2015, além do 368, do Código Civil, o recurso não comporta seguimento.

Verifica-se que, no caso, a apreciação dos fundamentos trazidos no recurso especial, da forma como este foi interposto, implicaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, considerando que, para tanto, seria necessário averiguar em que termos o bem oferecido em garantia teria sido reconhecido, em decisão judicial não apreciada nos presentes autos, e, administrativamente, pela União, o que encontra óbice no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

Ainda que superado esse óbice, *ad argumentandum tantum*, verifica-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a parte executada não possui direito subjetivo à aceitação de bem nomeado à penhora, não configurando violação ao Código de Processo Civil a rejeição do bem fundada exclusivamente na não observância da ordem de preferência legal.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. BEM OFERTADO. ORDEM DE PREFERÊNCIA. NÃO OBSERVÂNCIA. ART. 620 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Ao julgar o recurso especial repetitivo n. 1.337.790/PR, o Superior

Tribunal de Justiça consolidou o entendimento segundo o qual a executada não possui direito subjetivo à aceitação de bem nomeado à penhora, não configurando violação ao art. 620 do CPC/1973 a rejeição do bem fundada exclusivamente na não observância da ordem de preferência dos arts. 11 da Lei n. 6.830/1980 e 655 do CPC/1973.

2. Na espécie, além da inobservância da ordem legal, há restrição à propriedade que recai sobre o bem nomeado a penhora, afetando sua alienabilidade.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1614321/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 19/12/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator